

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	----

CAPÍTULO 1

O PARECERISTA NO CENTRO DA GESTÃO	21
1.1. A solidão e a responsabilidade silenciosa.....	22
1.2. O novo perfil do parecerista jurídico	23
1.3. Fundamento doutrinário.....	23
1.4. O parecer como instrumento de gestão estratégica.....	24
1.5. A mudança de cultura jurídica	26
1.6. A solidão do parecerista: pressão, prazos e pouca valorização	26
1.7. A construção da autoridade jurídica: conhecimento técnico, coerência e coragem.....	26
1.8. O parecer jurídico: origem e valorização	27
1.9. O parecer verbal e o parecer escrito: a formalidade como salvaguarda institucional.....	28
1.10. Riscos reais de um parecer não documentado	31
1.11. Casos reais de responsabilização do parecerista: lições da jurisprudência.....	32

1.12. Reflexões a partir da jurisprudência	34
Jurisprudência relevante. Comentários interpretativos.....	34
1.13. Conclusão	35

CAPÍTULO 2

ESTRUTURA DE UM PARECER JURÍDICO PROFISSIONAL	37
2.1. A importância da forma como instrumento de proteção...	40
2.2. Elementos essenciais do parecer jurídico	46
2.3. Boas práticas de redação jurídica consultiva	57
2.4. Adaptação da estrutura conforme o tipo de parecer	61
2.4.1. Parecer sobre dispensa ou inexigibilidade	63
2.4.2. Parecer na fase contratual	65
2.4.3. Parecer sobre impugnação ou representação	68
2.5. Parecer-padrão versus parecer estratégico	69
2.6. Checklist do parecer à prova de risco	73

CAPÍTULO 3

ANÁLISE JURÍDICA NA LICITAÇÃO E NO CONTRATO	85
3.1. Análise jurídica na fase preparatória da licitação	86
3.2. Exame jurídico do edital e seus anexos	90
3.3. Verificação dos critérios de habilitação e julgamento	93
3.4. Análise jurídica na fase de recursos administrativos	96
3.5. Controle jurídico da adjudicação e homologação	99
3.6. Parecer jurídico na formalização do contrato	101
3.7. Reequilíbrio econômico-financeiro, aditivos e prorrogações	107
3.8. Aplicação de penalidades contratuais	111

3.9. Encerramento do contrato e responsabilidades finais..... 114

CAPÍTULO 4

RESPONSABILIDADE E PRÁTICA DO PARECERISTA 117

4.1. A responsabilidade do parecerista jurídico 118

4.2. Verificação da instrução processual 120

4.3. Elaboração de manifestação bem fundamentada,
com clareza e objetividade..... 121

4.4. Distinção expressa entre aspectos jurídicos e técnicos 121

4.5. Delimitação clara do alcance da manifestação 122

4.6. Registro formal da emissão do parecer 123

4.7. Jurisprudência comentada sobre a atuação consultiva..... 125

4.8. Erros mais comuns em pareceres jurídicos..... 128

4.9. Estudo de caso 1 – Parecer sobre edital de licitação
– Diálogo competitivo..... 135

Estudo de caso 2 – Parecer sobre processo
administrativo para apuração de possível infração.
Impedimento de licitar 144

Estudo de caso 3 – Parecer sobre edital de licitação 166

4.10. Estudo de caso 4 – Parecer sobre inexigibilidade 173

4.11. Estudo de caso 5 – Parecer sobre aditivo de prazo
e reequilíbrio 178

4.12. Estudo de caso 6 – Parecer – Âmbito Federal –
Possibilidade de prorrogação excepcional com
fundamento no art. 57, § 4.º, da Lei n.º 8.666, de 1993 183

4.13 Estudo de caso 7 – Âmbito Federal – Possibilidade de
alteração quantitativa e qualitativa com base na Lei
n.º 8.666, de 1993 198

4.14. Estudo de caso 8 – Âmbito Federal – Contrato administrativo. Desconsideração da personalidade jurídica. Extensão das penalidades. Responsabilização da pessoa jurídica e seus sócios	229
4.15. Da desconsideração da personalidade jurídica	242
4.16. Da instauração de processo de responsabilização.....	248
Estudo de caso 9 – Inexigibilidade para locação de imóvel – Parecer referencial	253

CAPÍTULO 5

O PARECER JURÍDICO COMO PILAR DA GOVERNANÇA PÚBLICA.....	301
5.1. O papel do parecerista no ciclo da contratação pública ...	302
5.2. Reflexão sobre a atuação ao longo das fases da licitação e do contrato.....	308
5.3. Integração com o planejamento, controle interno e gestor	312
5.4. O parecer como instrumento de proteção e eficiência.....	316
5.5. Segurança jurídica	319
5.6. Prevenção de responsabilizações.....	322
5.7. Fomento à boa administração.....	325
5.8. Ética, responsabilidade e compromisso institucional.....	328
CONCLUSÃO	335
BIBLIOGRAFIA	339